

2.7

OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA UFPB AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

Giuseppe Tosi*

pinuccio@uol.com.br

A UFPB realizou, nos últimos 10 anos, três cursos de Especialização em Direitos Humanos: o primeiro de 1994 a 1999, o segundo de 2000 a 2002 e o terceiro de 2002 a 2004. O primeiro curso foi uma experiência pioneira (foi o primeiro deste gênero no Brasil), realizada sem apoio financeiro, contando somente com recursos próprios; dele participaram 30 alunos. Devido às dificuldades administrativas e a falta de recursos, a evasão foi alta: somente 8 concluíram o curso com a defesa da monografia. Apesar desses problemas, o curso foi muito importante porque permitiu um acúmulo de experiências que criou os alicerces para os cursos posteriores.

O II e III Cursos foram realizados no âmbito do Projeto Universidade e Cidadania (UNICIDADANIA), em parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos-Regional Nordeste – MNDH/NE. Eles surgiram para satisfazer uma demanda do MNDH-NE de melhor qualificação e capacitação dos seus membros e para dar continuidade à experiência anterior. O curso foi financiado através de um convênio entre a UFPB e o Movimento Leigo América Latina – MLAL, uma ONG de cooperação internacional italiana, que repassou recursos do Ministério das Relações Exteriores. Isso permitiu a oferta de vagas gratuitas, a possibilidade de bolsas de manutenção para os alunos do MNDH-NE, a aquisição de equipamentos permanentes e de material de consumo para o desenvolvimento das atividades. Foram ofertadas ao todo 88 vagas e a evasão foi bem mais baixa: cerca de 70 alunos defenderam a monografia final.

O presente texto quer ser uma reflexão, a partir da minha experiência como coordenador dos dois cursos, que coloco a disposição como parte de uma avaliação coletiva que está ainda por ser feita.¹

1. OBJETIVOS E METAS

Os cursos tinham como objetivo:

* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPB, membro da Comissão de Direitos Humanos da UFPB; Coordenador do II e III Cursos de Especialização em Direitos Humanos. Docente da disciplina “Filosofia dos direitos Humanos” nos Cursos de Especialização em DH da UFPB. Publicado in: ZENAIDE. M. N. T.-DIAS, L. L. – TOSI, G. – MOURA, P. V. de (orgs), *A formação em Direitos Humanos na Universidade: ensino, pesquisa e extensão*, João Pessoa: Editora Universitária, 2006, pp. 219-236.

¹ Informações mais detalhadas sobre os cursos podem ser encontradas no site: www.ufpb.br/cdh

- proporcionar aos profissionais que atuam em órgãos de defesa da cidadania, órgãos públicos, entidades da sociedade civil e movimentos sociais a possibilidade de aprofundar e fundamentar a prática da promoção e tutela dos Direitos Humanos.
- criar na UFPB um espaço interdisciplinar e plural de ações de ensino, pesquisa e extensão ao redor da questão dos Direitos Humanos;
- Desenvolver estudos e pesquisas que venham contribuir com a qualidade das práticas e o fortalecimento dos órgãos públicos e das entidades civis de defesa da cidadania;
- Possibilitar uma experiência interdisciplinar, em nível de pós-graduação, na área de Direitos Humanos;
- Promover intercâmbio técnico-científico com outros centros de estudos e pesquisa nacionais e internacionais que atuam com a questão dos Direitos Humanos.

E como metas

- Formar 88 especialistas em direitos humanos que atuam nas entidades da sociedade civil e nos órgãos governamentais;
- Produzir 88 monografias sobre temas relativos aos direitos humanos, relacionados com as práticas dos alunos, sob a orientação de um professor;
- Elaborar textos, programas, bibliografias e métodos didáticos específicos na área de formação aos direitos humanos em nível de pós-graduação;
- Subsidiar a construção de um banco de dados informatizado em Direitos Humanos (bibliográfico, de experiências e outros) que ofereça reflexões e propostas para a formulação de políticas públicas no âmbito das metas previstas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal.

2. PÚBLICO

Inicialmente o curso foi pensado exclusivamente para o público das ONGs filiadas ao MNDH/NE, mas durante a elaboração do projeto se concordou que era necessário abrir outras vagas para o público em geral, e assim às 24 vagas previstas inicialmente para o MNDH/NE foram acrescentadas mais 20 vagas. Nela se inscreveram operadores de direitos humanos dos órgãos públicos e profissionais recém egressos da Universidade. Criou-se assim um público bastante heterogêneo, que ia do militante gay à freira católica, do crente ao descrente, do policial militar ao advogado dos sem terra, da jovem recém saída da Universidade ao militante já antigo e “calejado”

na luta. Isto tornou mais difícil, em alguns momentos, a convivência e a gestão do curso, mas a tornou também bem mais rica e desafiadora, porque obrigou a todos, alunos e professores, a exercitar a tolerância e o respeito recíproco.

Uma outra característica interessante do curso foi a participação de alunos de vários Estados do Nordeste: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará. Foi esse um dos motivos que obrigou a realização do curso em módulos intensivos de uma semana com 45 horas/aula para permitir a participação de todos. Foi também um dos fatores que encareceu bastante os custos devido às despesas de transporte, alojamento e alimentação; por outro lado, permitiu um conhecimento recíproco entre militantes da região Nordeste fortalecendo assim a criação de laços e relações pessoais importantes e significativas para um trabalho mais articulado na região. Do ponto de vista da formação profissional, a grande maioria dos participantes era da área de ciências humanas ou ciências jurídicas, com predominância de pessoas formadas em direito (ver anexos).

A convivência de pessoas de vários Estados, de várias profissões, de diferentes mentalidades e “cores”, por si só, constitui uma parte do processo formativo, que deveria ter sido mais trabalhada e discutida pela coordenação do curso. De qualquer maneira, acreditamos que se tratou de uma experiência significativa na vida das pessoas que dela participaram e que deixou marcas em cada um, além de saudades.

3. CORPO DOCENTE

Foram chamados a fazer parte do curso professores do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA pertencentes aos Departamentos de História, Filosofia, Ciências Sociais, Serviço Social, Psicologia, e do Centro de Ciências Jurídicas –CCJ, pertencentes aos Departamentos de Direito Público e Direito Privado do Campus I e do Centro de Humanidades do Campus II – Campina Grande, Departamento de Sociologia e Antropologia do Centro de Ciências Jurídicas e sociais do Campus VII Souza. A colaboração dos professores do Campus II e VI continuou também depois do desmembramento da UFPB com a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

A maioria dos professores era membro efetivo ou colaborador da Comissão de Direitos Humanos da UFPB, criada em 1989 (foi a primeira desse gênero numa Universidade Brasileira) e mantinha algum tipo de militância ou vinculação com os direitos humanos, ou pessoalmente ou através do trabalho de extensão universitária. A maioria também já vinha desenvolvendo alguma atividade de ensino, pesquisa e extensão em Direitos Humanos, embora acreditamos que o curso foi um dos fatores que estimulou os professores a realizarem novas pesquisas para poder dar conta das disciplinas e das orientações.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

O curso foi estruturado em 8 disciplinas de 45 horas (3 créditos), mais uma monografia final sem direito a créditos, perfazendo um total de 360 horas/aula (24 créditos). As disciplinas foram: História dos DH, Filosofia dos DH, Fundamentação Jurídica dos DH, Instrumentos e Garantias Jurídicas de Tutela dos DH, Democracia e DH, Movimentos Sociais e DH, Educação em Direitos Humanos e Metodologia Científica.

As disciplinas estavam agrupadas idealmente em 4 eixos:

- um eixo **histórico-filosófico**, relativo à reconstrução da história social e conceitual que conduziu à afirmação dos direitos humanos na contemporaneidade e ao estudo das questões filosóficas, éticas e políticas mais relevantes do debate atual;
- um eixo **jurídico**, relativo às teorias jurídicas que fundamentam os DH e aos instrumentos jurídicos para a sua efetivação;
- um eixo **político**, onde era analisado o papel do Estado e da Sociedade civil organizada na realização dos DH;
- e um eixo **educativo**, onde se estudavam os conteúdos e as metodologias próprias de uma formação em DH que não pode se resumir à mera assimilação de informações, mas que deve visar uma formação humana mais integral.

A experiência dos três cursos mostrou que esta estrutura era muito rígida, pouco flexível; por isso, para os próximos cursos seria oportuno diminuir a carga horária das 8 disciplinas para 30 horas/aula cada e oferecer mais seminários temáticos, pelo menos 8, para permitir a abordagem de temas mais específicos e monográficos, convidando para tanto especialistas no assunto.

Monografia

A monografia de final de curso é a pesquisa que o aluno deve desenvolver durante todo o curso, seguindo os seguintes momentos:

1. O candidato, já no ato da inscrição, deve apresentar um esboço do projeto de pesquisa que pretende realizar durante o curso;
2. Até o terceiro mês, o candidato deve indicar um orientador, cujo nome é aprovado pelo Colegiado do Curso (o orientador pode ser de outros cursos da UFPB ou de outras Universidades);
3. Antes do final das aulas, é realizado um “seminário de pesquisa” ou “jornada de monografia” com a participação de todos os orientandos e orientadores, em que cada aluno

apresenta a situação da sua pesquisa diante dos professores e colegas, divididos por grupos temáticos;

4. Finalmente, num período de até três meses após a conclusão das disciplinas, o aluno vai para a defesa pública da monografia, diante de uma banca composta de três professores (incluindo o orientador);
5. As monografias são depositadas na Biblioteca Central e da Comissão de Direitos Humanos e colocadas no site da CDH na íntegra e as melhores monografias publicadas em forma de ensaio num livro coletivo.

O objetivo deste processo é construir a monografia desde o começo do curso, recomendando também que o aluno aproveite as disciplinas para ir construindo os capítulos do trabalho de conclusão do curso.

Apesar deste processo, se registrou uma certa dificuldade da maioria dos alunos em defender as monografias nos prazos previstos. A queixa principal é a necessidade de fazer trabalhos para receber notas em cada disciplina, fazendo com que o aluno ocupe a maior parte do tempo em atender às exigências dos professores, sem poder se dedicar integralmente à monografia, que acaba sendo deixada para os últimos meses.

A outra grande dificuldade encontrada é a falta de preparo para o trabalho de pesquisa, tanto nos aspetos formais (como elaborar um texto seguindo as normas e os critérios acadêmicos) quanto e sobretudo na metodologia e nos conteúdos de pesquisa.

Ainda não foi feita uma avaliação das monografias, mas, a partir da experiência como coordenador e membro de bancas, posso apontar alguns problemas:

1. Dificuldade de relacionar a teoria com a prática, ou a chamada “fundamentação teórica e histórica”, com o objeto da pesquisa, sobretudo quando se trata de pesquisa de campo. Neste aspecto, há uma certa responsabilidade da própria estrutura curricular do curso que é muito teórica e que parte sempre da teoria para a prática e não faz o caminho inverso.
2. Dificuldade de ter um certo “distanciamento” acadêmico em relação ao objeto: na verdade a maioria das pesquisas não é feita para descobrir algo, mas para confirmar uma tese preconcebida. Não estou assim pregando a neutralidade científica, nem negando a necessidade de uma tomada de posição diante do objeto, mas chamando a atenção para o fato de uma certa leitura pré-concebida (quando não panfletária) da realidade, que vai somente ratificar os pressupostos e os pré-conceitos que o autor já possui e não vai em busca do inesperado.

3. Disso deriva, às vezes, a sensação de que as pesquisas nada mais fazem do que mostrar o óbvio, reforçando a opinião comum do grupo, sem um espírito crítico e auto-crítico sobre a realidade e sobre as próprias opiniões.

As falhas aqui registradas não dependem só do aluno, ou do orientador, mas da própria maneira de organizar o curso, na sua metodologia, que, muitas vezes esteve mais próxima da tradicional educação bancária, denunciada por Paulo Freire, do que de uma metodologia participativa, assim como elaborada em vários textos de educação em direitos humanos, presentes nesta coletânea

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito à orientação. Na verdade os temas que cabem debaixo da etiqueta “direitos humanos” são tantos e tão variados que fica difícil encontrar orientadores capazes de dar conta da tarefa. O orientador “ideal” de uma pesquisa em direitos humanos deveria possuir três características: ter um engajamento, uma militância, uma aproximação com a prática dos direitos humanos; possuir um conhecimento teórico, ter uma certa familiaridade com os tópicos principais relativos às doutrinas e a bibliografia dos direitos humanos, e finalmente ser especialista numa determinada área temática dos DH.

Nem sempre é possível encontrar este perfil: ainda são poucos os professores e pesquisadores nesta área, que é muito recente e ainda não consolidada na academia, inclusive porque a formação em DH dos professores é algo que se dá de forma autodidática, cada um à sua maneira. Diante da falta de um número suficiente de professores com o perfil adequado, o risco é que o orientador se transforme numa espécie de *fac totum*, que tem que dar conta de temas nos quais nem sempre tem uma competência específica.

Para tentar superar isso foi admitida e, até certo ponto, incentivada a presença de orientadores externos ao colegiado, especialistas do assunto assim como a presença de membros externos ao colegiado nas comissões julgadoras.

Em suma, esses são os percalços de uma experiência relativamente nova no meio acadêmico e acreditamos que vai demorar um certo tempo para que a academia seja capaz de dar uma resposta cabal a esta nova demanda de formação: talvez a criação de Núcleos interdisciplinares de DH possa ajudar neste sentido.

Nota-se também uma tendência a criar cursos mais especialísticos, voltados, por exemplo, à educação em DH, à segurança pública e os DH, ao direito ambiental, etc... para públicos mais homogêneos: professores, advogados, Ministério Público, etc...

Áreas temáticas.

Para uma análise das áreas temáticas abordadas nos cursos de especialização, remetemos à leitura do ensaio dedicado a este tema, na terceira parte deste livro (3.2).

5 . INFRAESTRUTURA

O curso contou com dois instrumentos fundamentais para o seu funcionamento: a biblioteca de direitos humanos “Enzo Melegari” e a home-page. A biblioteca foi construída durante os três últimos anos a partir dos recursos do convênio com o Movimento Leigo América Latina e de doações de órgãos governamentais e não governamentais nacionais e estrangeiros e de particulares. Atualmente conta com mais de 1.500 títulos, entre livros, documentos, vídeo, monografias, dissertações, CD-ROM, a maioria em língua portuguesa.

A home-page (www.ufpb.br/cdh) é outro instrumento fundamental para a sistematização e divulgação das informações básicas sobre o curso e da produção acadêmica dos professores e dos alunos: nela estão catalogada, por autor, a maioria dos livros presentes na biblioteca e uma cópia da maioria das monografias dos alunos na íntegra.

4. ARTICULAÇÕES e REDES

Um dos objetivos dos cursos era favorecer a criação de articulações e redes dentro da universidade e entre as universidades.

- a) **Na UFPB:** a realização dos cursos foi uma oportunidade significativa para permitir o intercâmbio entre os pesquisadores da área, incentivando, na prática cotidiana, o exercício da interdisciplinaridade e consolidando assim a área;
- b) **Mestrado em DH.** A experiência dos cursos de especialização foi importante também para a aprovação por parte da Fundação Ford (através da Fundação Carlos Chagas) do projeto de área de concentração em direitos humanos no Mestrado em Ciências Jurídicas da UFPB, um dos três mestrados existentes no Brasil, seno os outros dois na USP e na Federal do Pará. A partir disso está se constituindo uma rede de pós-graduação em direitos humanos no Brasil, como possíveis desdobramentos futuros para a América Latina.
- c) **A nível regional.** Através da rede Uni-Cidadania se procurou articular as Comissões de Direitos Humanos das Universidades do Nordeste (Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Piauí), as ONGs parceiras do projeto e as entidades públicas para dar início à formação de

uma rede permanente acadêmica, articulada com a sociedade civil e o Estado. É um objetivo ainda em construção e o seminário de formação foi um dos pontos altos deste processo.

- d) **A nível internacional.** A Comissão de Direitos Humanos e o Colegiado do Curso estabeleceram convênios com a Universidade de Florença, (Itália) o que permitiu o intercâmbio de professores, a participação de pesquisadores da UFPB no JURA GENTIUM (Centro de Estudos da filosofia do Direito Internacional e da Política global – <http://dex1.tsd.unifi.it/jg/>) e a realização de dois Seminários de Direito Internacional dedicados ao tema da transformação do direito numa época de globalização.
- e) **Programa ALFA.** A partir desses contatos foi apresentado e aprovado pela União Européia um projeto ALFA (América Latina Formação Acadêmica) dedicado à questão dos direitos humanos e da segurança pública (*Human Rights face Security*) com a participação das Universidades de Florença e Pisa na Itália, de Essex na Inglaterra, do Minho em Portugal, da Universidade Panamericana do México, da Universidade de Palermo na Argentina e da Universidade Federal da Paraíba no Brasil. Este projeto prevê bolsas de estudo entre as universidades participantes, desde a graduação até o pós-doutorado, além da realização de dois seminários internacionais e a possibilidade de publicações conjuntas.

5. CONTINUIDADE DO PROCESSO FORMATIVO

As experiências de formação em direitos humanos nas Universidades brasileiras começaram, e em grande parte ainda continuam, como experiências isoladas de pessoas ou grupos: os esforços de articulação e de criação de redes são ainda incipientes. Uma das questões a serem discutidas para o futuro próximo é a criação de um **sistema nacional universitario de educação em direitos humanos**, em nível de extensão, graduação, e pós-graduação integrado com os movimentos sociais e com as entidades públicas. Este sistema, sem ferir e interferir nas particularidades de cada Estado e de cada Universidade, daria mais unidade, consistência e continuidade á formação.

Para a construção desse sistema podem desempenhar um papel importante algumas entidades, tais como o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o Comitê de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Associação de Direitos Humanos- Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP).

A criação e fortalecimento desse sistema permitiria um maior intercâmbio de conteúdos, metodologias e instrumentos formativos entre os educadores e pesquisadores em direitos humanos

no Brasil e um melhor acompanhamento do processo formativo, desde a seleção, passando pela realização dos cursos e terminando no acompanhamento depois da realização do curso.

Talvez a realização de cursos a distância semi-presenciais, a partir da ampliação de experiências já existentes, poderia se tornar um instrumento poderoso para ampliar o público dos formandos, atendendo assim uma demanda formativa sempre crescentes e para manter contatos permanentes com os egressos dos cursos de formação presenciais.

Uma das questões que este sistema de formação deverá enfrentar é a da qualificação ou certificação dos agentes de cidadania, dentro de um amplo processo formativo, onde governo, universidade e sociedade civil deverão participar.

CONCLUINDO

Mais de 10 anos de experiência de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos na UFPB mostram que o tema não é uma moda passageira, mas é algo que veio para ficar como eixo articulador entre as disciplinas e entre a pesquisa, o ensino e a extensão. Os tempos estão maduros para um salto de qualidade com a criação de um Núcleo interdisciplinar de Cidadania e Direitos Humanos que tenha mais autonomia para levar adiante, de forma mais organizada e institucionalizada, este projeto coletivo.

Não foi fácil coordenar os cursos e teria sido impossível sem a colaboração dos funcionários, dos professores e dos alunos, todos eles imbuídos de um mesmo espírito, de uma mesma vontade de construir um espaço acadêmico não fechado em si mesmo, mas aberto à construção de uma sociedade melhor e mais justa. Por isso, foi um trabalho muito gratificante pelo qual me sinto profundamente agradecido a todas as pessoas que o tornaram possível.

ANEXO 01

PERFIL DOS ALUNOS DO II E III CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DH

Total	88	100,00
--------------	-----------	---------------

2. Sexo

Sexo	N. Absoluto	N. Relativo (%)
Feminino	56	63,63
Masculino	32	36,36
Total	88	100,00

3. Procedência

Estado	N. Absoluto	N. Relativo (%)
Paraíba	50	62,50
Pernambuco	18	20,45
Ceará	06	6,81
Alagoas	06	6,81
Rio G. Do Norte	05	5,68
Sergipe	02	2,27
Estrangeiro	01	1,13
Total	88	100,00

4. Formação acadêmica

Graduação	N. Absoluto	N. Relativo (%)
Direito	41	46,59
Serviço Social	18	20,45
Psicologia	09	10,22
História	05	5,68
Pedagogia	03	3,41
Comunicação Social	03	3,41
Teologia	02	2,27
Ciências Sociais	02	2,27
Letras	02	2,27
Formação de Oficiais	01	1,14

Filosofia	01	1,14
Ciências Contábeis	01	1,14
Educação Artística	01	1,14
Total	88	100

4. Projetos por área temática

(alguns projetos foram colocados em mais de uma area tematica)

Direitos civis

Violencia intra-familiar: 07

Polícia militar: 05

Pro-Vita: 03

Questao penitenciária: 02

Grupos de extermínio: 01

Violencia na escola: 01

Violencia no campo: 01

Acesso à justiça: 03

Religião e dh: 02

Direitos economicos, sociais e culturais

DESC (em geral): 04

Direito ao trabalho: 06

Questão urbana: 05

Questão agrária: 04

Direito à saúde: 04

Direito à alimentação: 01

Direitos ambientais: 01

Comunicação e dh: 02

Direitos da pessoa humana na sua especificidade

Crianças e adolescentes: 11

Mulheres: 07

Idosos: 01

Portadores de deficiência: 03

Homossexuais: 04

Direitos das minorias

Negros: 06

Indígenas: 02

Direitos de solidariedade internacional

Direito internacional dos dh: 01

Instrumentos e garantias de promoção e defesa dos direitos humanos

Teoria dos dh: 01

Educação em direitos humanos (em geral): 02

Educação em dh na escola: 04

Educação em dh na comunidade: 02

Educação em dh na polícia: 01

Educação ambiental: 01

Programa Nacional de dh: 01

Observação: A lista das monografias defendidas pelos alunos se encontram no ensaio 3.2. do presente volume.